

Carta Política do XXII Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos

Nós, educandos e educandas, educadores e educadoras, pesquisadores(as), gestores(as), representantes de movimentos sociais, instituições de ensino, universidades, redes públicas e demais participantes do XXII Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Goiânia, reunidos sob a temática “(Re)pensando a EJA em Goiás: diálogos entre políticas públicas e as realidades dos territórios”, tornamos pública esta Carta do Fórum Goiano em Defesa da Educação de Jovens e Adultos.

Este documento é fruto dos debates, reflexões, partilhas e construções coletivas desenvolvidas durante o encontro e aprofundadas posteriormente no processo de sistematização de sua memória. Mais do que registrar encaminhamentos, esta carta expressa posicionamentos, compromissos e esperanças construídos por aqueles e aquelas que defendem a Educação de Jovens e Adultos como direito humano fundamental e como condição indispensável para a construção de uma sociedade democrática, justa e inclusiva.

Ao longo do encontro, fomos inspirados pelas histórias de vida, pelos sonhos e pelas trajetórias de estudantes que encontraram na EJA a oportunidade de retomar projetos interrompidos, reconstruir percursos educacionais e reafirmar sua dignidade. As vozes dos educandos e educandas presentes nos lembraram que a Educação de Jovens e Adultos não é uma política compensatória, mas um direito historicamente negado a milhões de brasileiros e brasileiras que continuam lutando pelo acesso ao conhecimento, à participação social e à cidadania plena.

As discussões realizadas evidenciaram que a permanência do analfabetismo e da exclusão escolar em nossos territórios não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais. Trata-se da expressão de desigualdades sociais, econômicas, territoriais, raciais, de gênero e geracionais que, historicamente, afastaram jovens, adultos e idosos dos processos de escolarização. Por isso, reafirmamos a necessidade de fortalecer políticas públicas permanentes de alfabetização, escolarização e formação humana integral, comprometidas com a superação das injustiças sociais e educacionais.

Também reconhecemos que garantir o acesso à escola não é suficiente. Os relatos dos participantes demonstraram que a permanência na EJA depende de condições concretas de vida, envolvendo trabalho, renda, transporte, segurança, cuidados familiares, saúde, acolhimento e pertencimento. Nesse sentido, defendemos uma escola capaz de dialogar com os territórios, com as culturas e com as experiências de vida dos sujeitos da EJA, reconhecendo-os como protagonistas dos processos educativos.

O encontro reafirmou ainda a urgência de fortalecer as políticas públicas destinadas à modalidade. Manifestamos preocupação com a redução da oferta de turmas, a expansão de cursos aligeirados, a insuficiência de financiamento, a fragilidade das ações de formação continuada e a persistente invisibilidade da EJA em diversos espaços institucionais. Defendemos a valorização dos profissionais da modalidade, a realização de concursos públicos, a garantia de condições adequadas de trabalho e a presença da EJA na formação inicial de professores e professoras.

Reafirmamos, igualmente, os princípios e compromissos expressos na Carta de Niterói, fortalecendo a articulação entre Fóruns de EJA, universidades, movimentos sociais, instituições públicas e sistemas de ensino. Entendemos que a defesa da EJA exige mobilização permanente, participação social e incidência política junto aos órgãos responsáveis pela formulação, implementação, acompanhamento e fiscalização das políticas educacionais.

Diante disso, assumimos coletivamente os seguintes compromissos:

- Defender a Educação de Jovens e Adultos como política pública permanente de Estado e como direito humano fundamental ao longo da vida;
- Fortalecer ações de busca ativa e de mobilização social voltadas ao ingresso, permanência e conclusão dos estudos pelos sujeitos da EJA;
- Promover práticas de acolhimento institucional que reconheçam a diversidade de trajetórias, identidades e experiências dos educandos;
- Lutar pela ampliação e diversificação da oferta da EJA nos territórios, garantindo acesso às populações historicamente excluídas da escolarização;
- Defender financiamento público adequado e mecanismos de controle social que assegurem a efetivação dos direitos educacionais;

- Reivindicar concursos públicos e políticas de valorização dos profissionais que atuam na modalidade;
- Fortalecer a formação inicial e continuada de professores e professoras, assegurando a presença da EJA nos currículos das licenciaturas;
- Combater processos de precarização, aligeiramento e redução da qualidade da oferta educacional;
- Ampliar a participação dos estudantes da EJA nos espaços de decisão, formulação e acompanhamento das políticas públicas;
- Fortalecer a articulação entre universidades, fóruns, movimentos sociais, redes de ensino e demais instituições comprometidas com a defesa da educação pública.

Por fim, reafirmamos que a Educação de Jovens e Adultos é expressão da resistência, da esperança e da capacidade humana de recomeçar. Inspirados pelas histórias compartilhadas neste encontro, renovamos nosso compromisso com a construção de uma educação pública, gratuita, democrática, popular e socialmente referenciada, capaz de garantir que nenhum jovem, adulto ou idoso tenha negado o direito de aprender, ensinar, sonhar e transformar sua realidade.

Goiânia, Goiás, 25 de junho de 2026.

XXII Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos

Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos